

Perfil da pobreza no trabalho no Brasil: o papel das estruturas produtiva e ocupacional (2012-2021)

Profile of in-work poverty in Brazil: the role of the productive and occupational structures (2012-2021)

Elohá Cabreira Brito ^a

Ricardo Dathein ^b

Resumo: O artigo analisa o perfil dos trabalhadores pobres no Brasil a partir dos dados da PNADC em 2012, 2016, 2019 e 2021. O objetivo é investigar a relação da estrutura produtiva e ocupacional e, de forma secundária, o papel da reforma trabalhista de 2017, sobre a expansão da pobreza no trabalho. Os resultados revelam o papel determinante das estruturas produtiva e ocupacional para a redução (ou expansão) da pobreza no trabalho em relação às diferenças setoriais de renda média do trabalho principal, nível de formalização e subocupação da força de trabalho e proporção de ocupados em situação de pobreza.

Palavras-chave: Pobreza no trabalho; Mercado de trabalho; Estrutura produtiva e ocupacional; Reforma trabalhista brasileira.

Classificação JEL: I32; E24; L16.

Abstract: The article analyzes the profile of the working poor in Brazil based on PNADC data from 2012, 2016, 2019, and 2021. The objective is to investigate the relationship between productive and occupational structure and, secondarily, the role of the labor reform of 2017 in the expansion of in-work poverty. The results reveal the determining role of productive and occupational structures in reducing (or expanding) in-work poverty in relation to sectoral differences in average income of main work, level of formalization, underemployment of the workforce, and proportion of employed individuals in poverty.

Keywords: In-work poverty; Labor market; Occupational and productive structure; Brazilian labor reform.

JEL Classification: I32; E24; L16.

-
- a Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora (bolsista) do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). E-mail: eloha.cabreira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7275-7657>.
- b Professor titular convidado do Programa de Pós-Graduação de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS). E-mail: ricardo.dathein@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7301-2788>
-

Most of the world's poor people work. That is to say, they work for their living, and yet they do not earn enough to make ends meet in a minimally acceptable way. We do not usually call them 'the working poor', but just 'the poor' (LOHMANN; MARX, 2018, p. 1).

1. Introdução

A pobreza é um fenômeno tão complexo quanto o debate a respeito de sua definição. De modo geral, a pobreza está relacionada ao não atendimento adequado das necessidades humanas. Sua definição em termos monetários está associada ao estabelecimento de uma linha de pobreza, que pode ser absoluta, relativa ou subjetiva¹. Além da abordagem monetária, a pobreza pode ser definida sob uma perspectiva multidimensional, como na abordagem das necessidades básicas ou das capacitações² (ROCHA, 2006; LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003; SEN, 2010; COUTO; BRITO; COUTO, 2015).

Destaca-se que a discussão sobre a definição de pobreza abrange somente um aspecto da definição de pobreza no trabalho. O outro aspecto (definição de trabalho) normalmente é abordado por outra linha de pesquisa, cujo foco se encontra sobre a análise do mercado de trabalho (LOHMANN; MARX, 2018). No Brasil, as discussões sobre pobreza normalmente abordam o fenômeno de forma geral, sem ressaltar as diferenças entre os indivíduos assim classificados, se estão ou não inseridos no mercado de trabalho. Ou seja, não destacam a pobreza no trabalho. Esse reduzido enfoque em tal aspecto pode estar associado ao problema estrutural histórico da economia nacional de elevada informalidade no mercado de trabalho.

Entretanto, há uma importante literatura internacional sobre essa abordagem, que analisa a relação entre a pobreza no trabalho e o baixo nível salarial, a discriminação de gênero, a relevância dos sindicatos, a imigração, a mudança na composição das famílias, a globalização, a flexibilização das leis trabalhistas etc. (KLEIN; RONES, 1989; CAPPELLARI, 2002; BRADY; BAKER; FINNIGAN, 2013; BENNETT, 2013; CRETTAZ, 2013; LOHMANN; MARX, 2018). As primeiras investigações sobre o tema surgiram nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980, mas foi no final da década de 1990 e início da década de 2000 que esse tema passou a ser investigado na Europa, em razão da associação desse tipo de pobreza com a elevada flexibilização do mercado de

-
- 1 Enquanto a linha de pobreza absoluta está associada à insuficiência de renda ou ao mínimo necessário à sobrevivência do indivíduo. A linha de pobreza relativa está associada ao não atendimento das necessidades estabelecidas pelo padrão de vida social. Já a linha de pobreza subjetiva está associada ao não atendimento das necessidades estabelecidas pelas preferências dos indivíduos (ROCHA, 2006; LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003; SEN, 2010; COUTO; BRITO; COUTO, 2015).
 - 2 A pobreza na abordagem das necessidades básicas está associada a privações de consumo de bens e serviços do setor privado e público, como acesso à energia elétrica e ao saneamento básico. Já na abordagem das capacitações, está associada à privação das capacidades, definida em termos de liberdade substantiva dos indivíduos para ter um estilo de vida por eles valorizado (ROCHA, 2006; LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003; SEN, 2010; COUTO; BRITO; COUTO, 2015).

trabalho, característico da economia dos Estados Unidos, não da economia europeia (CRETZAZ, 2013).

De modo geral, a erradicação da pobreza no trabalho está associada à garantia de trabalho decente, conceito formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999, que incorpora quatro objetivos estratégicos da OIT: i) o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais; ii) a promoção do emprego produtivo e de qualidade; iii) a ampliação da proteção social; e iv) o fortalecimento do diálogo social (OIT, 2023). Em suma, o trabalho decente consiste no emprego que gere um retorno ao trabalhador e seus dependentes e que possibilite um nível de consumo acima da linha de pobreza (RIPLEY; HARTRICH, 2017). Portanto, estudos sobre a pobreza no trabalho indicam que não é qualquer trabalho que é capaz de levar à superação da pobreza, de forma que políticas genéricas sobre a ampliação do emprego podem até ampliar a taxa de pobreza entre os trabalhadores.

Este artigo busca destacar como esse tipo de pobreza está intrinsecamente relacionado com a estrutura produtiva e ocupacional da economia. Sua composição – setores existentes, suas participações na produção e emprego e tecnologias adotadas no processo produtivo (intensiva em trabalho ou em capital) – consiste em um importante determinante do processo de desenvolvimento econômico dos países, ao estabelecer oportunidades e tipos de emprego (decente, informal etc.) disponíveis nas economias, bem como consiste em um dos principais determinantes da renda das famílias.

Nessa perspectiva, a estrutura produtiva e ocupacional importa para a redução da pobreza no trabalho, pois os setores geram empregos com diferentes níveis de qualidade (em relação ao nível de formalização, garantias trabalhista e previdenciária) e remuneração, afetando diretamente o rendimento das famílias e o seu acesso à proteção da seguridade social.

Este artigo objetiva contribuir para os estudos da pobreza no trabalho da economia brasileira, traçando o perfil dos trabalhadores pobres no Brasil a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) nos anos 2012, 2016, 2019 e 2021, e ampliando essa agenda de pesquisa ao analisar a relação entre a estrutura produtiva (observada através da estrutura ocupacional) e pobreza no trabalho na economia brasileira.

De forma secundária, busca-se investigar o impacto da reforma da legislação trabalhista de 2017 sobre a estrutura ocupacional brasileira, o que explica o corte temporal adotado³. Essa reforma, sancionada em 13 de julho de 2017 pela Lei nº 13.467, visava pretensamente reduzir o emprego informal, normalmente associado a menores rendimentos e à pobreza, legalizando condições de trabalho precárias e, até então, consideradas

3 O ano 2016 antecede a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que alterou a CLT e entrou em vigor em 2017. Já o ano 2019 capta os impactos na nova legislação trabalhista, mas antecede os impactos da pandemia de Covid-19. Os anos 2012 e 2021 foram escolhidos em virtude da disponibilidade de dados da PNADC. Esse corte temporal é explicado pelo objetivo primário da pesquisa, ou seja, para analisar a evolução do perfil da pobreza no trabalho no país e sua relação com a mudança estrutural da última década.

informais, como o trabalho intermitente para atividades-fim e a flexibilização da jornada de trabalho (BRASIL, 2017; CARVALHO, 2017).

A definição de pobreza no trabalho adotada neste estudo está associada à abordagem monetária da pobreza e à definição de ocupação da metodologia da PNADC. Sob essa ótica, a pobreza no trabalho abrange as pessoas ocupadas que possuem renda domiciliar *per capita* abaixo de um quarto do salário mínimo de 2012, atualizado para preços reais de 2021 (R\$ 281,40).

Isso posto, o artigo está estruturado em cinco seções, incluindo essa introdução e as considerações finais. A segunda seção aborda uma breve revisão da literatura nacional e internacional sobre a relação entre pobreza no trabalho e as estruturas produtiva e ocupacional. A terceira seção apresenta a metodologia da construção da base de dados. A quarta seção ocupa-se da análise descritiva de indicadores selecionados (nos anos 2012, 2016, 2019 e 2021), que visa apresentar o perfil dos chefes de família pobres ocupados no Brasil em relação aos pobres sem ocupação e ao total de chefes de família ocupados, a partir dos dados da PNAD Contínua, bem como investigar a relação da estrutura produtiva e ocupacional e, de forma secundária, o papel da reforma trabalhista de 2017 sobre a pobreza no trabalho.

2. O conceito de pobreza no trabalho e a sua relação com as estruturas produtiva e ocupacional

Embora a pobreza no trabalho (*in-work poverty*, na literatura europeia, ou *working poor*, na dos Estados Unidos) apareça na literatura internacional desde o final do século XX e início do século XXI, há poucas pesquisas com foco na economia brasileira que se propõem a estudar esse tipo de pobreza (LOHMANN; MARX, 2018). Um exemplo seria o trabalho de Pitombeira (2019), que analisa o perfil da pobreza no trabalho no Brasil em 2005 e 2015 a partir de um índice multidimensional. Esse índice capta diversas dimensões da pobreza no trabalho, como: monetária, ausência de seguridade social, instabilidade no emprego e jornada de trabalho com subocupação. Contudo, tal trabalho não investiga a relação da pobreza no trabalho com a estrutura produtiva e ocupacional existente, não destacando a relevância desses aspectos na proposição de políticas para a erradicação da pobreza.

Diferentemente de Pitombeira (2019), neste artigo a definição de pobreza no trabalho está associada à abordagem monetária de definição da pobreza e à definição de ocupação da metodologia da PNADC (pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado na semana de referência ou que estavam temporariamente afastadas sem perda de vínculo empregatício e auferindo remuneração)⁴. Nessa perspectiva, a

4 Nessa definição, são classificadas como ocupadas as pessoas temporariamente afastadas de trabalho remunerado por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Também são classificadas como ocupadas as pessoas que, na data de referência, estavam, por

pobreza no trabalho é composta por pessoas ocupadas que possuem renda domiciliar *per capita* abaixo de determinada linha de pobreza absoluta.

Essa definição é semelhante à utilizada pela Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Organization*, ILO), que classifica pobre com trabalho “a pessoa que trabalhou ou que normalmente trabalha por, pelo menos, uma hora e vive em um domicílio com um nível de consumo abaixo da linha de pobreza.” (LOHMANN; MARX, 2018, p. 14, tradução nossa)⁵.

Embora diversos autores, como Sen (2010), critiquem o uso da abordagem monetária para a definição da pobreza, em economias de mercado em que o acesso (ou privação) a diversos bens e serviços está intrinsecamente relacionado à renda das famílias⁶, como é o caso da economia brasileira, essa medida ainda é relevante (HOFFMANN, 1998; ROCHA, 2006; SANDEL, 2017). Além disso, como ressalta Lohmann e Marx (2018), a abordagem monetária é a mais utilizada nas pesquisas sobre a pobreza no trabalho, entre outras razões, pelo elevado foco dessas pesquisas no papel dos baixos salários na determinação da pobreza no trabalho.

A análise sobre as características dos trabalhadores em situação de pobreza é essencial para a proposição de políticas públicas direcionadas à erradicação desse tipo de pobreza, bem como para evidenciar que a perspectiva de que estar empregado é uma condição suficiente para escapar da pobreza, se algum dia o fez, não mais condiz com a realidade do capitalismo contemporâneo – e de suas origens, a exemplo do destacado por Marx (2016) e Engels (2010).

Contudo, para que as políticas de erradicação de pobreza sejam mais consistentes e duradouras é necessário que os estudos sobre a pobreza ampliem seu escopo para incorporar o papel da estrutura produtiva e ocupacional nesse processo. Diversos estudos empíricos, especialmente pela literatura estruturalista e neoschumpeteriana, apontam como essencial na determinação do crescimento e desenvolvimento nos países a estrutura produtiva. Essa determina a estrutura ocupacional⁷, definindo as oportunidades disponíveis no mercado de trabalho (tipo de emprego, remuneração etc.), impactando sobre as chances de pobreza dos indivíduos (FURTADO, 1983; FOSTER-MCGREGOR; KABA; SZIRMAI, 2015; SZIRMAI; FOSTER-MCGREGOR, 2017; LAVOPA; SZIRMAI, 2018;

período inferior a 4 meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente de trabalho ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação, entre outros motivos, desde que o tempo de afastamento fosse inferior à quatro meses e tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento (IBGE, 201-).

- 5 No original: *The ILO considers a person to be working poor who has been or is usually working for at least one hour and lives in a household with a consumption level which is below the poverty threshold.*
- 6 Razão pela qual a variável analisada neste trabalho para a definição de pobreza será a renda domiciliar *per capita* média mensal (RDPC). Os programas de combate à pobreza no Brasil, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC) também utilizam essa variável (renda familiar *per capita* média), em relação à determinada linha de pobreza, para definir o seu público-alvo.
- 7 Alguns trabalhos, como Rowthorn e Ramaswamy (1997) e Rowthorn e Coutts (2004), utilizam a estrutura ocupacional (participação setorial no emprego) como uma *proxy* para a estrutura produtiva das economias.

HARTMANN *et al.*, 2016; HARTMANN *et al.* 2017; COUTO; BRITO, 2018; GALA; ROCHA; MAGACHO, 2018; BRITO, 2023).

Nessa perspectiva, a mudança estrutural positiva é o motor do crescimento e desenvolvimento dos países. Esse processo de mudança estrutural consiste na criação ou ampliação de setores com elevada produtividade, inovação, sofisticação produtiva e dinamismo na estrutura produtiva e ocupacional, com transferência dos fatores de produção (capital e trabalho) dos setores de menor produtividade para os setores de maior produtividade. Ademais, tal literatura, embasada nas evidências empíricas das economias de alta renda, ressalta a relevância do processo de industrialização das economias periféricas para o desenvolvimento econômico, com expansão da participação do setor manufatureiro no emprego, em razão desse setor apresentar maior produtividade, progresso técnico, efeitos de encadeamento, sinergias e retornos crescentes (RODRIGUEZ, 2009; GALA; MCMILLAN; RODRIK; VERDUZCO-GALLO, 2014; ROCHA, MAGACHO, 2018; FELIPE; MEHTA; RHEE, 2019).

3. Metodologia

A base de dados para a análise empírica foi realizada a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 2012, 2016, 2019 e 2021⁸.

Os resultados apresentados foram estimados por meio do *software* Stata, obtidos com a aplicação dos fatores de expansão de cada unidade amostral disponibilizados pela PNADC. A unidade de análise adotada consistiu nas pessoas de referência do domicílio (ou chefes de família) com 14 anos ou mais de idade, em virtude de sua maior contribuição na renda domiciliar e, como ressalta Ipardes (p. 20), “seu papel estruturante no contexto familiar”⁹. Foram excluídos do banco de dados os indivíduos cuja condição no domicílio correspondesse a pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, convivente e agregado e casos com renda domiciliar *per capita* ignorada ou setor de ocupação mal definido.

Todas as variáveis monetárias foram atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dezembro de 2021. Utilizou-se a abordagem monetária para estimar os dados sobre a pobreza, adotando como linha de pobreza a renda mensal de um quarto do salário mínimo de 2012 a preços reais de 2021 (R\$ 281,40)¹⁰. A variável utilizada para

8 No período 2012-2019, utilizou-se os microdados de divulgação anual referentes à primeira visita; no ano de 2021, referentes à quinta visita, devido à maior taxa de aproveitamento (IBGE, 2021).

9 Outros estudos que também utilizam os chefes de família como unidade de referência são Rocha (2006), Santos Filho (2008), Osório *et al.* (2011) e Couto e Brito (2018).

10 Essa linha de pobreza a preços correntes (R\$ 155,50 mensais), está relativamente próxima à linha de pobreza do programa de combate à pobreza e fome do Governo Federal, o Programa Bolsa Família (que, em 2012, correspondia a R\$ 140,00 mensais). A adoção de uma linha de pobreza superior (por exemplo, de meio salário mínimo) ampliaria a proporção da população em situação de pobreza.

determinar se o indivíduo está em situação de pobreza foi a renda domiciliar *per capita* mensal (RDPC).

Ademais, para apresentar uma visão geral da desigualdade na economia brasileira, analisou-se a proporção de indivíduos não pobres e de indivíduos de alta renda. O estrato não pobre é composto por pessoas com RDPC superior a R\$ 281,40 (linha de pobreza) e inferior a R\$ 30.000,00. Já o estrato de alta renda é composto por pessoas com RDPC igual ou superior a R\$ 30.000,00.

Para traçar o perfil da população pobre que trabalha, inicialmente, se analisou algumas características pessoais, como o gênero, cor ou raça, idade e escolaridade, desse extrato de renda em relação às pessoas pobres desocupadas (desempregadas) ou não aplicável. Essas também serão referidas ao longo do trabalho como pessoas sem ocupação ou sem emprego. Já a análise da forma de inserção no mercado de trabalho dos chefes de família em situação de pobreza foi realizada em relação ao total dos chefes de família ocupados, por meio dos indicadores posição na ocupação, setor de atividade do trabalho principal, horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, renda média do trabalho principal (RMTP), nível de formalização do setor de ocupação e subocupação por insuficiência de horas.

4. O perfil da pobreza no trabalho dos chefes de família brasileiros e o papel das estruturas produtiva e ocupacional (2012-2021)

A Tabela 1 apresenta a proporção dos chefes de família brasileiros e a renda domiciliar *per capita* mensal (RDPC) média por categoria de renda para o período de análise. Sua observação evidencia que, entre 2012 e 2019, houve redução da proporção de chefes de família pobres ocupados na economia brasileira (-1,05 pontos percentuais, p.p.) e, em 2021, aumento dessa proporção (0,65 p.p.). Essa tabela revela que o crescimento da pobreza, que ocorreu em todos os anos de análise, está principalmente associado à expansão dos chefes de família pobres sem ocupação (desocupados ou não aplicável). Esses dados também evidenciam que, no Brasil em tal período, a maioria dos chefes de família em situação de pobreza não estavam trabalhando, contrariando o apontado por Lohmann e Marx (2018) sobre a maioria as pessoas em situação de pobreza estarem inseridas no mercado de trabalho.

Apesar de sua menor participação, a existência de pessoas em situação de pobreza com ocupação no Brasil indica a necessidade de se identificar as características desse estrato populacional para a formulação de políticas que erradiquem esse tipo de pobreza, uma vez que a maioria dos estudos de pobreza – a exemplo de Barros, Corseuil e Leite (2000), Osório et al. (2011), Couto e Brito (2018) e Sánchez-Sallero e Garcia-Carro (2020) –, destacam que a inserção no mercado de trabalho é essencial para redução das chances de pobreza dos indivíduos. Essa importância também pode ser inferida pela análise da renda domiciliar *per capita* média mensal (RDPC) mensal dos chefes de família ocupados em relação aos sem ocupação nas diferentes categorias de renda. Como mostra a Tabela 1 a

RDPC média dos ocupados é superior à dos demais em todas as categorias de renda analisadas.

Tabela 1: Proporção de chefes de família brasileiros (em%) e renda domiciliar *per capita* mensal (RDPC) média (em R\$) por categoria de renda: Brasil (2012-2021)

Descrição	2012	2016	2019	2021
Estrato populacional (em %)				
Pobres – total	8,37	8,58	9,03	12,63
Pobres – ocupados	4,19	3,57	3,14	3,79
Pobres – desocupados ou não aplicável	4,18	5,01	5,89	8,84
Não pobres – total	91,48	91,31	90,79	87,30
Não Pobres – ocupados	63,56	60,72	58,19	54,44
Não Pobres – desocupados ou não aplicável	27,92	30,59	32,60	32,85
Alta renda – total	0,14	0,11	0,18	0,07
Alta renda – ocupados	0,13	0,09	0,15	0,07
Alta renda – desocupados ou não aplicável	0,02	0,02	0,03	0,01
RDPC média (em R\$)				
Pobres – total	143,13	139,81	125,72	132,55
Pobres – ocupados	186,48	192,03	184,70	194,17
Pobres – desocupados ou não aplicável	99,67	102,58	94,31	106,15
Não pobres – total	1.954,59	2.003,29	2.065,65	1.783,34
Não Pobres – ocupados	2.064,96	2.151,42	2.250,48	2.012,36
Não Pobres – desocupados ou não aplicável	1.703,30	1.709,21	1.735,78	1.403,79
Alta renda – total	43.844,39	43.876,35	43.359,51	45.731,82
Alta renda – ocupados	44.815,80	43.773,72	44.644,46	46.838,46
Alta renda – desocupados ou não aplicável	36.504,79	44.246,93	37.116,33	36.658,32

Fonte: PNADC (IBGE, 2023). Elaboração própria.

Nota: ¹ A unidade de análise é a pessoa de referência com 14 anos ou mais.

Os dados da RDPC média por categoria de renda, apresentados na Tabela 1, também indicam a elevada desigualdade de renda existente na economia brasileira, que se aprofundou com a pandemia. Em 2021, reduzida parcela dos chefes de família brasileiros, cerca de 0,07% (alta renda total), viviam com renda domiciliar *per capita* mensal (RDPC) média equivalente a mais de 40 salários mínimos, enquanto, no mesmo período, 12,63% dos chefes de família brasileiros (pobres/total) viviam com 0,12 salário mínimo e os outros 87,30% (não pobres/total) viviam com RDPC equivalente a 1,58 salário mínimo.

A Tabela 1 também mostra a redução da parcela dos chefes de família do estrato não pobre total (-4,18 p.p., entre 2012 e 2021) e não pobre ocupado (-9,12 p.p., entre 2012 e 2021), e o aumento do não pobre sem ocupação (4,93 p.p., entre 2012 e 2021). É importante destacar que a redução na parcela dos chefes de família não pobres ocupados foi mais intensa no período que antecedeu a pandemia de Covid-19 (-5,37 p.p.) do que no ano de 2021 (-3,75 p.p.).

Enquanto a Tabela 1 apresentou um panorama da participação e RDPC média das diferentes categorias de renda da economia brasileira, a Tabela 2 apresenta o perfil dos chefes de famílias pobres por gênero e cor ou raça no período de interesse, desagregados entre os pobres ocupados e desocupados ou não aplicável.

A análise da categoria gênero evidencia uma diferença marcante entre os dois estratos de pobreza, uma vez que, apesar da redução no período, a maioria dos chefes de família pobres ocupados são do gênero masculino, enquanto a maioria dos chefes de família pobres não ocupados são do gênero feminino. Tal resultado, associado ao crescimento da participação feminina entre as pessoas de referência pobre sem ocupação, pode estar associado à discriminação de gênero, que dificulta a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Diversos estudos apontam que as mulheres estão mais suscetíveis à pobreza em razão das restrições impostas pela discriminação quanto às oportunidades de emprego e rendimento. Por exemplo, como observado por Maia *et al.* (2018) e Faustino, Araújo e Maia (2017), que analisam o diferencial de salário por gênero através de modelos econométricos de decomposição salarial. Tais estudos mostram que, embora possuam maior nível de escolaridade, as mulheres recebem menores salários. Já Paschoalino, Plassa e Santos (2017) ressaltam que é em virtude desse maior nível de escolaridade que o diferencial de salário decorrente da discriminação de gênero não foi mais elevado.

Tabela 2: Perfil dos chefes de família pobres por gênero e cor ou raça (em%): Brasil (2012-2021)

Descrição	Pobres ocupados				Pobres desocupados ou não aplicável			
	2012	2016	2019	2021	2012	2016	2019	2021
Gênero								
Masculino	76,30	71,13	61,47	59,31	48,57	44,20	39,06	36,68
Feminino	23,70	28,87	38,53	40,69	51,43	55,80	60,94	63,32
Cor ou raça								
Branca	21,50	20,88	18,95	22,18	29,72	25,81	23,47	26,93
Preta	10,29	10,75	12,82	10,87	10,48	12,56	14,06	12,59
Parda	67,65	67,87	66,83	65,78	58,77	60,76	61,36	59,74
Amarela	0,12	0,22	0,58	0,54	0,44	0,47	0,48	0,36
Indígena	0,44	0,27	0,03	0,51	0,58	0,40	0,62	0,37

Fonte: PNADC (IBGE, 2023). Elaboração própria.

Nota: ¹ A unidade de análise é a pessoa de referência com 14 anos ou mais.

Quanto à categoria cor, a Tabela 2 não apresentou diferenças substanciais entre os diferentes estratos de pobreza, com predomínio de chefes de família de cor parda (em média 67,03% entre os ocupados e 60,16% entre os não ocupados), branca (em média 20,88% entre os ocupados e 26,48% entre os não ocupados) e preta (em média 11,18% entre os ocupados e 12,42% entre os não ocupados). Esses dados destacam a elevada proporção de chefes de família negros (pretos e pardos) em situação de pobreza no país, principalmente

se comparado à menor proporção desses chefes de família entre os estratos não pobre (49,77%, em 2012, e 52,85%, em 2021) e alta renda (10,08%, em 2012, e 16,18%, em 2021), conforme dados da PNADC (IBGE, 2023).

A redução da proporção de chefes de família negros em situação de pobreza só ocorreu em 2021 – entre 2012 e 2019 houve expansão dos chefes de família negros nos dois estratos de pobreza –, o que sugere que as políticas de combate à discriminação de cor não estão sendo tão efetivas para resolver esse problema estrutural da economia brasileira.

Outra característica dos indivíduos que pode ser alvo de discriminação é a idade. Esse tipo de discriminação pode ocorrer com pessoas jovens, por falta de experiência no mercado de trabalho, e com pessoas idosas. Como mostra a Tabela 3, há maior proporção de chefes de família pobres sem ocupação jovens (até 17 anos e de 18 a 29 anos) e com 50 anos ou mais em todos os períodos de análise (essas faixas etárias corresponderam, em 2012, a 49,63% das pessoas de referência sem ocupação e, em 2021, a 49,16%).

Tabela 3: Faixa etária dos chefes de família pobres (em%): Brasil (2012-2021)

Descrição	Pobres ocupados				Pobres desocupados ou não aplicável			
	2012	2016	2019	2021	2012	2016	2019	2021
Até 17 anos	0,15	0,25	0,18	0,17	0,50	0,54	0,54	0,28
18 a 29 anos	18,23	17,43	16,71	16,64	19,59	20,97	20,95	15,17
30 a 39 anos	34,77	34,69	33,85	32,21	27,39	28,61	26,93	27,01
40 a 49 anos	27,03	27,84	27,81	30,54	22,98	22,58	22,35	23,83
50 a 59 anos	16,53	16,78	16,94	17,07	17,25	17,67	19,04	20,38
60 anos ou mais	3,30	3,01	4,51	3,38	12,29	9,63	10,20	13,34
Idade média	39,62	39,72	40,23	40,32	42,28	41,18	41,49	43,70

Fonte: PNADC (IBGE, 2023). Elaboração própria.

Nota: ¹ A unidade de análise é a pessoa de referência com 14 anos ou mais.

Já os chefes de família pobres ocupados, em sua maioria, possuem entre 30 e 49 anos (61,80%, em 2012, e 62,75%, em 2021). Ressalta-se que, entre os pobres sem ocupação, a proporção de chefes de família idosos (com 60 anos ou mais) é maior (13,34%, em 2021) que a dos pobres ocupados (3,38%, em 2021). Isso evidencia a importância de políticas de combate à pobreza e a discriminação de idade nessa faixa etária e, também, entre os mais jovens.

Além do gênero, cor ou raça e idade, outro fator que pode dificultar a inserção dos chefes de família no mercado de trabalho e afetar o seu nível salarial é a escolaridade. A Tabela 4 apresenta os dados da taxa de analfabetismo, escolaridade média e faixas de escolaridade entre os chefes de família pobres ocupados e desocupados ou não aplicável. Essa tabela mostra a melhoria do nível educacional (redução do analfabetismo, aumento da escolaridade média, e da parcela dos chefes de família com mais de 10 anos de estudo) em ambos os estratos de pobreza. Contudo, o que chama a atenção é a menor proporção de analfabetos (9,69%, em 2021), a maior escolaridade média (7,99 anos, em 2021) e a maior

proporção de chefes de família com 10 anos ou mais de estudo (40,90%, em 2021) no estrato de renda pobre sem ocupação, em todo o período de análise.

Esses resultados podem estar associados à predominância do gênero feminino entre as pessoas de referência pobres sem ocupação, uma vez que conforme dados da PNADC (IBGE, 2023), no Brasil, a população feminina apresenta maior escolaridade média (8,68 anos, em 2012, e 10,08 anos, em 2021) do que a masculina (8,42 anos, em 2012, e 9,72 anos, em 2021).

Tabela 4: Escolaridade dos chefes de família pobres (em %): Brasil (2012-2021)

Descrição	Pobres ocupados				Pobres desocupados ou não aplicável			
	2012	2016	2019	2021	2012	2016	2019	2021
Analfabetos	27,22	20,95	17,15	10,88	21,32	16,27	14,51	9,69
Escolaridade média ²	4,58	5,48	6,30	7,48	5,80	6,57	6,92	7,99
Faixas de escolaridade								
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	16,94	14,00	9,90	6,76	15,28	11,72	9,22	7,35
De 1 a 4 anos de estudo	32,09	26,16	21,97	16,08	21,95	18,92	18,10	12,95
De 5 a 9 anos de estudo	39,35	40,43	43,51	41,24	39,53	39,60	40,43	38,80
De 10 a 12 anos de estudo	11,18	18,04	22,79	32,43	19,42	24,74	27,25	32,94
13 anos ou mais de estudo	0,44	1,37	1,82	3,49	3,81	5,02	4,99	7,97

Fonte: PNADC (IBGE, 2023). Elaboração própria.

Nota: ¹ A unidade de análise é a pessoa de referência com 14 anos ou mais. ² Em anos de estudo.

A Tabela 5 apresenta as formas de inserção no mercado de trabalho, por posição na ocupação e renda média do trabalho principal mensal (RMTP) dos chefes de família pobres ocupados e dos chefes de família ocupados da economia brasileira no período 2012-2021. A análise em relação ao total de chefes de famílias ocupados, e não somente em relação aos não pobres ocupados, visa apontar alguns dados da estrutura ocupacional brasileira.

Os dados da Tabela 5 mostram que a maioria dos chefes de família ocupados trabalhavam com registro em carteira, em todo o período de análise, enquanto somente pequena parcela dos pobres ocupados tinha esse tipo de posição na ocupação, que, tanto entre os ocupados quanto, e principalmente, entre os pobres ocupados, era uma das posições com maior RMTP. Contudo, houve redução, entre 2012 e 2019, da proporção de pobres ocupados em empregos com carteira assinada e, entre 2012 e 2021, da proporção dos ocupados com esse tipo de emprego.

Ainda conforme Tabela 5, a posição na ocupação que proporciona maior RMTP para os chefes de família pobres ocupados é o emprego formal no setor público (funcionário público e militar). Contudo, menos de 1% dos pobres ocupados possuem esse tipo de emprego. Entre os ocupados, essa posição proporciona a segunda maior RMTP (em 2021, 10,49% dos chefes de família ocupados tinham emprego formal no setor público), atrás somente da posição de empregador (em 2021, 5,51% dos chefes de família ocupados eram empregadores).

A menor proporção de chefes de família pobres com emprego formal no setor privado e no setor público (empregados com carteira assinada e funcionários públicos e militares) atesta a relevante contribuição do emprego decente para a redução da pobreza no trabalho. Contudo, a existência de pobres ocupados no setor formal indica a complexidade desse tipo de pobreza e a necessidade do estudo de suas diversas facetas para a elaboração de uma política mais consistente para sua erradicação.

Tabela 5: Posição na ocupação (em%) e renda média do trabalho principal mensal (RMTP) por posição na ocupação (em R\$): Brasil (2012-2021)

Descrição	Pobres ocupados				Ocupados			
	2012	2016	2019	2021	2012	2016	2019	2021
Posição na Ocupação								
Empregados com carteira assinada	8,98	6,22	3,67	9,02	40,73	39,19	36,12	35,73
Funcionário público e militar	0,77	0,77	0,50	0,97	8,75	8,89	9,13	10,49
Empregados e Func. sem carteira	32,69	35,32	40,10	37,16	16,03	16,31	18,12	16,92
Conta própria	57,07	56,98	55,05	52,26	28,73	29,73	30,82	31,35
Empregador	0,49	0,71	0,67	0,59	5,75	5,89	5,81	5,51
RMTP por ocupação (R\$)								
Empregados com carteira assinada	1.100,52	1.240,21	1.190,66	1.126,48	2.994,48	3.059,40	3.049,05	2.728,93
Funcionário público e militar	1.120,77	1.244,77	1.303,32	1.107,56	5.491,81	5.675,33	5.731,36	5.065,01
Empregados e Func. sem carteira	527,73	497,47	437,39	479,61	1.756,87	1.771,18	1.875,28	1.727,92
Conta própria	466,39	455,93	400,65	456,24	2.368,38	2.256,68	2.167,76	1.955,47
Empregador	888,11	519,12	603,12	719,52	8.055,00	7.376,70	7.956,83	6.773,93

Fonte: PNADC (IBGE, 2023). Elaboração própria.

Nota: ¹ A unidade de análise é a pessoa de referência com 14 anos ou mais.

A Tabela 5 também evidencia a elevada discrepância na RMTP dos ocupados e pobres ocupados com emprego sem registro em carteira (seja no setor público ou privado), no trabalho por conta própria e na posição de empregador. A elevada parcela de chefes de família pobres ocupados nessas posições na ocupação (em 2021, correspondeu, respectivamente a 37,16%, 52,26% e 0,59%) que apresentaram RMTP inferior ao salário mínimo em todos os anos analisados evidencia as dificuldades imposta pela estrutura ocupacional para a superação da pobreza.

É importante destacar que, em 2017, entrou em vigor a Lei nº 13.467, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o propósito de modernizar a legislação trabalhista e ampliar o emprego formal no Brasil. Entre as principais alterações dessa reforma, destacam-se a legalização do trabalho intermitente para a atividade-fim da

empresa, instituição do regime de trabalho parcial e flexibilização da jornada de trabalho e da remuneração dos trabalhadores – o que possibilitou a redução salarial (BRASIL, 2017; CARVALHO, 2017). Os dados da Tabela 5 sugerem que tal reforma não foi capaz de ampliar o emprego formal no setor privado na economia brasileira, pois essa evidenciou que, no período 2016-2019, houve redução da proporção de chefes de família ocupados e pobres ocupados em empregados com carteira assinada. Ademais, o crescimento da proporção de pobres ocupados com carteira assinada, em 2021, e a redução da RMTP desse estrato populacional, em 2019 e 2021, podem estar associados à precarização do emprego formal possibilitada pela reforma da legislação trabalhista.

Além da redução do emprego formal no setor privado no período 2016-2019, houve ampliação da proporção de chefes de família ocupados (3,18 p.p.) e pobres ocupados (7,15 p.p.) com jornada semanal inferior à normal (de 40 a 44 horas), como mostra a Tabela 6. No período de 2012 a 2016, também houve ampliação da proporção de chefes de família ocupados (0,49 p.p.) e pobres ocupados (9,43 p.p.) com jornada semanal de até 39 horas. Contudo, ressalta-se que diferentemente de 2019, 2016 foi um ano de contração econômica e, mesmo nesse ano, o impacto sobre os chefes de família ocupados foi inferior ao efeito nos pobres ocupados.

Tabela 6: Faixa das horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos (em%): Brasil (2012-2021)

Descrição	Pobres ocupados				Ocupados			
	2012	2016	2019	2021	2012	2016	2019	2021
Até 14 horas	8,84	11,31	15,94	12,86	2,98	3,27	4,37	3,45
15 a 39 horas	34,28	41,24	43,76	42,72	18,16	18,36	20,44	21,41
40 a 44 horas	28,50	31,68	25,28	31,61	39,14	51,86	48,37	51,29
45 a 48 horas	14,37	8,24	6,69	6,28	18,95	12,22	11,05	10,11
49 horas ou mais	14,01	7,53	8,33	6,52	20,76	14,29	15,77	13,75

Fonte: PNADC (IBGE, 2023). Elaboração própria.

Nota: ¹ A unidade de análise é a pessoa de referência com 14 anos ou mais.

Ademais, ainda segundo dados da Tabela 6, enquanto nos períodos 2012-2016 e 2019-2021 houve expansão da proporção de chefes de família ocupados (12,72 p.p. e 2,92 p.p., respectivamente) e pobres ocupados (3,18 p.p. e 6,33 p.p., respectivamente) com jornada de trabalho semanal de 40 a 44 horas, entre 2016 e 2019 houve redução da proporção de chefes de família ocupados (-3,49 p.p.) e pobres ocupados (-6,40 p.p.) com essa jornada de trabalho normal.

Já o papel da estrutura produtiva e ocupacional sobre a pobreza no trabalho no Brasil é inferido a partir dos dados relativos ao setor de ocupação (percentual dos ocupados e renda média do trabalho principal, como os apresentados na Tabela 7, e nível de formalização e subocupação, como os apresentados na Tabela 8). Isso porque, como já destacado, a estrutura ocupacional está intrinsecamente associada à estrutura produtiva da

economia. A primeira contribuiria para redução da pobreza se sua composição (tipos de setores existente, sua participação relativa e capacidade de expansão absorvendo mão de obra) proporcionar melhores oportunidades de inserção da mão de obra no mercado de trabalho.

Como mostra a Tabela 7, entre 2012 e 2021, os chefes de família ocupados no setor de serviços auferiram maior RMTP (devido aos serviços da tecnologia da informação e comunicação e aos serviços públicos), seguido pelos ocupados no setor industrial. Já os que auferiram menor RMTP estavam ocupados no setor agropecuário. Contudo, no mesmo período, os setores com maior participação na ocupação dos chefes de família brasileiros foram, respectivamente, o setor de serviços – devido ao agrupamento “outros serviços”, e não ao setor de maior rendimento (serviços TIC) –, o setor industrial (no qual destacou-se o segmento manufatureiro) e a agropecuária (que apresentou participação próxima ao da manufatura, mas com RMTP inferior).

Tabela 7: Setor de ocupação (em%) e renda média do trabalho principal mensal (RMTP) por setor de ocupação (em R\$): Brasil (2012-2021)

Descrição	Pobres ocupados				Ocupados			
	2012	2016	2019	2021	2012	2016	2019	2021
Setor de Ocupação								
Agropecuária	50,59	42,41	36,49	32,65	13,64	11,46	10,40	10,71
Indústria	16,01	17,03	17,79	17,58	25,24	22,87	20,83	20,20
Manufatura	5,10	5,58	6,75	7,59	13,03	11,51	11,68	11,27
Serviços	33,40	40,56	45,72	49,77	61,11	65,67	68,76	69,09
Serviços TIC	0,08	0,02	0,07	0,17	1,24	1,32	1,27	1,50
Serviços públicos	1,46	1,00	0,73	1,14	7,02	6,04	5,97	6,25
Outros serviços	31,85	39,53	44,92	48,46	52,86	58,32	61,52	61,34
RMTP por ocupação (R\$)								
Agropecuária	470,20	432,55	409,74	465,67	1.576,75	1.647,63	1.785,24	1.642,28
Indústria	706,52	614,02	491,14	610,63	2.959,77	2.869,62	2.950,13	2.571,69
Manufatura	678,62	583,36	453,90	538,86	3.125,22	3.069,79	3.087,99	2.691,45
Serviços	598,44	588,67	468,92	553,09	3.535,51	3.433,99	3.345,22	3.029,12
Serviços TIC	660,12	948,83	831,03	465,47	7.501,61	6.702,55	6.434,23	6.095,87
Serviços públicos	950,31	1.024,91	1.002,34	1.087,75	5.169,45	5.760,14	6.149,39	5.540,30
Outros serviços	582,02	577,18	459,52	540,55	3.225,01	3.117,76	3.006,62	2.696,62

Fonte: PNADC (IBGE, 2023). Elaboração própria.

Nota: ¹ A unidade de análise é a pessoa de referência com 14 anos ou mais. TIC: Tecnologia da Informação e da Comunicação.

A Tabela 7 também evidencia que, entre 2012 e 2021, os chefes de família pobres ocupados no setor industrial auferiram maior RMTP, seguido pelos ocupados no setor de serviços (devido, principalmente, ao emprego no setor público e serviços TIC), já os com

menor RMTP estavam ocupados no setor agropecuário. De forma semelhante aos chefes de família ocupados, no período 2016-2021, o setor com maior participação na ocupação dos chefes de família brasileiros em situação de pobreza foi o setor de serviços – devido ao agrupamento “outros serviços” e não ao setor de maior rendimento (serviços públicos). Entretanto, o setor de maior participação na ocupação dos chefes de família pobres no período 2012-2016 e segundo setor de maior participação nesse estrato no período 2016-2021 não foi o setor industrial, mas o agropecuário, que apresentou menor RMTP em todos os estratos populacionais analisados.

Em razão da menor remuneração média do trabalho, da maior proporção de chefes de família pobres empregados neste setor e, como evidencia a Tabela 8, do menor nível de emprego formal no setor agropecuário, a redução da participação desse setor no emprego (Tabela 7) é um dado positivo. Contudo, como a ampliação do emprego ocorreu em setores de menor produtividade (como o de serviços), caracterizados por menor formalização (Tabela 8), maior subocupação (Tabela 8) e elevada proporção de pobreza no trabalho (Tabela 7), a mudança estrutural que ocorreu no Brasil não foi positiva, ampliando os desafios da economia para a superação da pobreza (no trabalho e geral) e para o crescimento e desenvolvimento econômico.

**Tabela 8: Emprego formal e subocupação da força de trabalho setorial (em%):
Brasil (2012-2021)**

Descrição	Pobres ocupados				Ocupados			
	2012	2016	2019	2021	2012	2016	2019	2021
% Emprego formal no setor								
Agropecuária	4,08	1,86	2,74	4,02	21,25	19,35	20,69	19,33
Indústria	16,44	9,64	3,74	12,32	57,44	52,98	48,97	50,09
Manufatura	26,66	15,84	7,38	20,70	72,33	69,38	63,30	64,75
Serviços	15,33	11,39	5,55	13,23	57,60	56,10	51,97	53,21
Serviços TIC	20,96	-	21,59	24,02	74,72	74,34	68,81	67,99
Serviços públicos	45,51	45,60	34,43	42,21	83,89	84,72	83,22	83,82
Outros serviços	13,88	10,48	5,06	12,51	53,46	52,49	48,37	49,51
% Subocupação por insuficiência de horas								
Agropecuária	21,33	20,90	27,93	23,22	10,13	7,96	9,77	9,21
Indústria	24,39	26,37	30,25	32,40	5,46	3,90	5,88	7,41
Manufatura	15,14	17,28	19,69	29,42	3,26	2,48	3,65	5,54
Serviços	26,44	27,15	38,69	39,16	5,92	5,47	8,01	9,11
Serviços TIC	72,72	-	40,53	35,94	3,59	1,60	2,65	3,43
Serviços públicos	8,21	15,86	17,98	2,15	3,51	2,21	3,18	2,79
Outros serviços	27,15	27,45	39,03	40,04	6,30	5,89	8,59	9,89

Fonte: PNADC (IBGE, 2023). Elaboração própria.

Nota: ¹ A unidade de análise é a pessoa de referência com 14 anos ou mais. TIC: Tecnologia da Informação e da Comunicação.

A Tabela 8 também mostra, em todo o período de análise, que, independentemente do setor de ocupação, a maioria dos trabalhadores pobres possuem ocupação informal (inferido pelo baixo nível de formalização) e trabalham menos horas do que desejam (subocupação por insuficiência de horas). Esses dados, associados ao maior nível de formalização dos chefes de família ocupados e à menor subocupação desse estrato populacional, somados aos indicadores de RMTP da Tabela 7, sugerem que uma política importante para a redução da pobreza no trabalho é a redução da informalidade e da subocupação.

Como já destacado, a redução da informalidade foi um dos objetivos da reforma trabalhista de 2017. Contudo, como mostra a Tabela 8, no período 2016-2019, houve crescimento da informalidade (redução do emprego formal) e a subocupação em todos os setores, com exceção da agropecuária, que aumentou o emprego formal entre os chefes de família ocupados. Essa mesma tendência (aumento da informalidade e subocupação) é observada no período 2012-2021, com poucas exceções, como agropecuária, serviços TIC e serviços públicos, que registraram redução da subocupação da força de trabalho dos chefes de família ocupados.

Todavia, foi entre 2016 e 2019 que ocorreu a maior redução do nível de emprego formal dos ocupados no setor manufatureiro. Apesar dessa redução, como mostra a Tabela 8, tal setor encontra-se entre os setores com maior nível de formalização (serviços públicos, serviços TIC e manufatura, em todos os períodos e estratos populacionais analisados), e entre os de menor subocupação da força de trabalho (em relação aos pobres ocupados, no período 2012-2021, e aos ocupados, em 2012, serviços públicos e manufatura, e em relação aos ocupados, no período 2016-2021, serviços públicos, serviços TIC e manufatura).

Embora a participação da manufatura no total do emprego ainda tenha sido superior à agropecuária em 2021 (conforme dados da Tabela 7) – um dado positivo em razão do setor manufatureiro consistir em um setor-chave para o crescimento econômico, associado à inovação, eficiências dinâmicas, economias de escala, maiores efeitos de encadeamentos produtivos, menor pobreza no trabalho e informalidade –, essa participação está abaixo da média dos países de alta renda, que, segundo Felipe, Mehta e Rhee (2019), corresponde a 18%. Esses autores estimaram essa participação média a partir de uma análise empírica de 63 países no período 1970-2010. Entre as principais conclusões desse estudo destaca-se: (i) a maior relevância da ampliação da participação do setor manufatureiro no emprego, e não na produção, para avaliar um processo de industrialização bem-sucedido; e (ii) a menor probabilidade de os países de industrialização tardia atingirem essa participação média.

Portanto, a reduzida e cadente participação do setor manufatureiro na estrutura ocupacional brasileira (apresentada na Tabela 7) e o aumento da informalidade nesse setor, além de indicar a continuidade do processo de desindustrialização da economia brasileira e impactar negativamente sobre o crescimento econômico, pode dificultar a redução da pobreza no trabalho, via geração de emprego e renda. É importante destacar que essa perda de participação do setor industrial e manufatureiro na estrutura ocupacional brasileira não ocorre entre os pobres ocupados, com RMTP inferior ao salário mínimo. Contudo, no

período de análise, houve aumento da subocupação e redução do emprego formal dos chefes de família pobres ocupados no setor manufatureiro.

Conclusão

Este artigo analisou o perfil dos trabalhadores pobres no Brasil, buscando investigar a relação da estrutura produtiva e ocupacional e, de forma secundária, o papel da reforma trabalhista de 2017, sobre a expansão da pobreza no trabalho, a partir dos dados da PNADC dos anos 2012, 2016, 2019 e 2021.

A definição de pobreza no trabalho adotada consistiu no trabalhador ocupado com renda domiciliar *per capita* mensal de até um quarto de salário mínimo de 2012 a preços de 2021 (R\$ 280,40). A partir dessa definição, destacou-se que, no período de análise, houve redução da pobreza no trabalho no Brasil e crescimento da pobreza de chefes de família sem ocupação.

O perfil dos chefes de família ocupados em situação de pobreza foi investigado em relação aos pobres sem ocupação com base nas categorias: gênero, cor, faixa etária e nível de escolaridade. Essa análise revelou que o chefe de família pobre ocupado é predominantemente do gênero masculino, de cor negra (preta e parda), na faixa etária de 30 a 49 anos, apresentando menor nível de escolaridade que os chefes de família pobres sem ocupação. Ademais, os chefes de família pobres sem ocupação estão mais suscetíveis à discriminação de gênero e idade. Ou seja, ambos os grupos em situação de pobreza (ocupados ou sem ocupação) estão suscetíveis à discriminação de cor.

Contudo, a principal contribuição dessa análise para a literatura, além de traçar o perfil dos chefes de família pobres ocupados (pobreza no trabalho) em relação aos pobres sem ocupação, foi analisar a relação entre o primeiro tipo de pobreza com as estruturas produtiva e ocupacional da economia (total dos chefes de família ocupados), através das categorias: posição na ocupação, setor de atividade principal, renda média do trabalho principal por setor e posição na ocupação, faixa de horas habitualmente trabalhadas, emprego formal e subocupação setorial.

A análise das variáveis associadas à forma de inserção no mercado de trabalho revelou que a maioria dos chefes de família pobres ocupados não tinha emprego formal (em todo o período de análise, mais de 50% trabalhava por conta própria e mais de 32% tinha emprego sem carteira assinada), exercia atividade principal no setor agropecuário ou outros serviços (tais setores apresentaram menor nível de formalização, baixa remuneração e elevada subocupação da força de trabalho) e auferia uma RMTP menor que meio salário mínimo.

As diferenças setoriais quanto à renda média do trabalho principal mensal, nível de formalização e subocupação da força de trabalho e proporção de ocupados em situação de pobreza ou não revelam o papel determinante da estrutura produtiva e ocupacional para a redução (ou expansão) da pobreza no trabalho. Além de contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico, a expansão de setores com maior dinamismo, como o

manufatureiro, possibilitam melhores oportunidades de emprego e rendimento para os chefes de família brasileiros. A perda de participação desse setor no emprego, somada à flexibilização da legislação trabalhista de 2017, que, entre outras coisas, possibilitou o emprego intermitente de atividades-fim, contribuiu para a expansão da subocupação da força de trabalho e não impediu o crescimento da informalidade, especialmente no segmento industrial e de serviços, sendo uma das possíveis explicações para o aumento da pobreza verificado no período.

Em suma, as características dos chefes de família em situação de pobreza no trabalho ou sem ocupação evidenciam a importância de políticas de combate à discriminação de cor, gênero e idade (essas duas últimas com maior impacto sobre os pobres sem ocupação), bem como da manutenção de políticas educacionais para reduzir as limitações impostas aos indivíduos que são alvos de ações discriminatórias para a superação da pobreza. Já os dados relacionados à estrutura ocupacional revelam a necessidade de integrar essas políticas às transferências de renda e a políticas de desenvolvimento centradas na reindustrialização da economia e ampliação de setores com eficiências dinâmicas, que geram empregos decentes (formal, com garantias trabalhistas e previdenciárias e maiores rendimentos) capazes de erradicar a pobreza no trabalho. Ademais, entende-se que a reforma trabalhista de 2017 não se mostrou benéfica para os trabalhadores ao não reduzir a informalidade (e sim elevá-la) e ao ampliar a subocupação da força de trabalho, fatores esses associados à expansão da pobreza no trabalho.

Referências

- BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H.; LEITE, P. G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 177-229.
- BENNETT, F. The “living wage”, low pay and in work poverty: Rethinking the relationships. **Critical Social Policy**, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 46-65, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Diário Oficial da União (DOU), Poder Executivo, Brasília DF, 14 jul. 2017.
- BRADY, D.; BAKER, R. S.; FINNIGAN, R. When Unionization Disappears: State-Level Unionization and Working Poverty in the United States. **American Sociological Review**, [S.l.], v. 78, n. 5, p. 872-896, 2013.
- BRITO, E. C. **A contribuição do setor produtivo moderno na determinação da estrutura ocupacional e dos episódios de crescimento e contração da economia brasileira no período 1950-2020**. 2023. Tese (Doutorado em Economia) – Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

- CAPPELLARI, L. Do the 'working poor' stay poor? An analysis of low pay transitions in Italy. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, Oxford, v. 64, n. 2, p. 87-110, 2002.
- CARVALHO, S. S. Uma visão geral sobre a Reforma Trabalhista. In: IPEA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA/Ministério do Trabalho, out. 2017. p. 81-94.
- COUTO, A. C. L.; BRITO, E. C.; COUTO, J. M. Evolução da pobreza no Paraná (2003-2013). **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 2, p. 101-116, jul./dez. 2015.
- COUTO, A. C. L.; BRITO, E. C. Determinantes da probabilidade de pobreza no Estado do Paraná: 2004 e 2015. **A Economia em Revista**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 89-101, jan./abr. 2018.
- CRETIAZ, E. A state-of-the-art review of working poverty in advanced economies: theoretical models, measurement issues and risk groups. **Journal of European Social Policy**, [S.l.], v. 23, n. 4, p. 347-362, 2013.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FAUSTINO, I.; ARAÚJO, E.; MAIA, K. Mercado de trabalho e discriminação: uma análise das diferenças salariais e discriminação por gênero no Brasil e macrorregiões (2004-2014). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 45, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC, 2017.
- FELIPE, J.; MEHTA, A.; RHEE, C. Manufacturing matters...but it's the Jobs that count. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 43, n. 1, p. 139-168, 2019.
- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, [S.l.], v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.
- FOSTER-McGREGOR, N.; KABA, I.; SZIRMAI, A. **Structural change and the ability to sustain growth**. Vienna: UNIDO, 2015. (Working Paper, 19).
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).
- GALA, P.; ROCHA, I.; MAGACHO, G. The structuralist revenge: economic complexity as an important dimension to evaluate growth and development. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 38, n. 2 (151), p. 219-236, apr./jun. 2018.
- HARTMANN, D.; JARA-FIGUEROA, C.; GUEVARA, M.; SIMOES, A.; HIDALGO, C. The structural constraints of income inequality in Latin America. **Integration & Trade Journal**, [S.l.], n. 40, p.70-85, jun. 2016.

HARTMANN, D.; GUEVARA, M.; JARA-FIGUEROA, C.; ARISTARÁN, M.; HIDALGO, C. Linking Economic Complexity, Institutions, and Income Inequality, **World Development**, [S.l.], v. 93, p. 75-93, 2017.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Glossário PNAD Contínua Mensal**. Rio de Janeiro: IBGE, [201-]. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC**: Microdados 2012, 2016, 2019 e 2021. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita/. Acesso em: 03 abr. 2023.

IBGE. PNADC. **Nota Técnica 01/2016**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 06 abr. 2023.

IBGE. PNADC. **Nota técnica 05/2021**: Sobre os rendimentos de todas as fontes de 2020. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101874.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Famílias pobres no estado do Paraná**. Curitiba: IparDES, 2003.

IPEADATA. **Dados macroeconômicos**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 06 abr. 2023.

KLEIN, B. W.; RONES, P. L. A profile of the working poor. **Monthly Labor Review**, [S.l.], v. 112, n. 10, p. 3-11, 1989.

LAVOPA, A.; SZIRMAI, A. Structural modernisation and development traps. An empirical approach. **World Development**, [S.l.], v. 112, p. 59-73, 2018.

LOHMANN, H.; MARX, I. **Handbook on in-Work poverty**. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar Publishing, 2018.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. **Indicador de pobreza**: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. (Texto para discussão, 223).

MAIA, K.; CATELAN, D. W.; BACCHI, M. D.; FONSECA, M. R. Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor no mercado de trabalho da região sul do Brasil. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 25, n. 1, p. 7-31, 2018.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Livro Primeiro, Volume I.

McMILLAN, M.; RODRIK, D.; VERDUZCO-GALLO, Í. Globalization, structural change, and productivity growth, with an update on Africa. **World development**, [S.l], v. 63, p. 11-32, 2014.

MEDEIROS, M. **Medidas de Desigualdade e Pobreza**. Brasília: Editora UnB, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho decente**. 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 13 abr. 2023.

OSÓRIO, R. G.; SOUZA, P. H. G. F.; SOARES, S. S. D.; OLIVEIRA, L. F. B. **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Brasília: IPEA, 2011. (Texto para discussão, 1647).

OSORIO, R. G. A classificação de cor ou raça do IBGE revisada. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (orgs). **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Estudos e Análises 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 31-50.

PASCHOALINO, P. A. T.; PLASSA, W.; SANTOS, M. P. Discriminação de gênero no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o ano 2015. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 48, n. 3, p. 43-54, jul./ set. 2017.

PITOMBEIRA, L. D. **Uma perspectiva multidimensional para a pobreza no mercado de trabalho brasileiro em 2005 e 2015**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Pós-graduação em Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROWTHORN, R.; COUTTS, K. De-industrialisation and the balance of payments in advanced economies. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 28, n. 5, p. 767-790, 2004.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Deindustrialization**: Causes and Implications. Washington: International Monetary Fund – IMF, 1997. (Working Paper, 1997/042).

SANTOS FILHO, J. I. Fatores determinantes da pobreza rural e urbana em Santa Catarina. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 2, Chapecó. **Anais...** Chapecó: Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense, 2008. p. 703-722.

SÁNCHEZ-SELLERO, M. C.; GARCIA-CARRO, B. Which Groups Have a Greater Risk of Poverty in Spain? **Revija Za Socijalnu Politiku**, v. 27, n. 1, p. 19-36, 2020.

SANDEL, M. **O que o dinheiro não compra**: os limites morais do mercado. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SZIRMAI, A.; FOSTER-McGREGOR, N. **Understanding the ability to sustain growth**. Groningen: Groningen Growth and Development Centre, nov. 2017. (GGDC Research Memorandum, 173).